



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de caçamba estacionária, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a contratação de serviços para dar suporte ao recolhimento de resíduos orgânicos e inorgânicos oriundos das atividades de pequenas reformas e manutenção de áreas verdes, feira livre e demais, incluindo o transporte e a destinação adequada desses resíduos, tendo em vista a necessidade de garantir a correta gestão ambiental, a preservação da saúde pública e o cumprimento das normas vigentes.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. A contratação compreenderá a locação de caçambas estacionárias com capacidade mínima de 5m³ (cinco metros cúbicos) cada, material aço SAE1015, a serem disponibilizadas à Administração, incluindo os serviços de carga, transporte e descarga no município de Cocalzinho, bem como a destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

3.2. A Administração realizou a cotação dos serviços com base no regime de diária por caçamba, considerando o período de permanência de cada unidade no local indicado. A presente contratação será realizada por meio de sistema de registro de preços, contemplando a estimativa de até 600 (seiscentas) caçambas, a serem solicitadas conforme a necessidade da Administração.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Locação de caçambas estacionárias para recolhimento de resíduos orgânicos (Galhadas, raízes, arbustos, restos de madeira, terra e outros materiais similares) e inorgânicos oriundos de pequenas reformas, com capacidade mínima de 5m ³ (cinco) metros cúbicos cada, incluindo carga e descarga no Município de Cocalzinho de Goiás. Material: Aço SAE1015.	UN	600	R\$ 454,70	R\$ 272.820,00

4. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total estimado da presente aquisição é de **R\$ 272.820,00 (duzentos e setenta e dois mil, oitocentos e vinte reais)**.

4.2. A pesquisa de preço foi realizada através da plataforma *Fonte de Preços*, tendo sido utilizada a média dos preços, conforme preceitua o artigo nº 23 da Lei nº 14.133/2021, Art nº 12 da Lei Municipal nº 838/2022 e IN SEGES nº 65/2021.

4.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma disponibilizado pela Secretaria de Administração e Finanças de Cocalzinho de Goiás, de acordo com o fornecimento do serviço atestado pela emissão de notas fiscais, respeitado o prazo de 2 (dois) meses do inciso IV do parágrafo 2º do artigo 137 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

4.4. As notas fiscais deverão conter informações quanto ao fornecedor, à quantidade específica de serviços fornecidos, bem como informações do processo licitatório.

5. CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Cumprir integralmente as exigências previstas no Termo de Referência.
- 5.2. Designar profissional qualificado para representá-la junto à fiscalização do contrato.
- 5.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, sem exclusão ou redução da responsabilidade pela fiscalização exercida pelo contratante.
- 5.4. Assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.
- 5.5. Informar à Secretaria sobre o andamento dos serviços sempre que necessário.
- 5.6. Garantir a execução dos serviços contratados com qualidade, conforme especificações e exigências estabelecidas.
- 5.7. Comunicar previamente qualquer impedimento, alteração ou ressalva que possa impactar a prestação dos serviços.
- 5.8. Responsabilizar-se integralmente pela adequada execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente.
- 5.9. Assegurar a assiduidade e pontualidade na realização dos eventos contratados.
- 5.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos da Lei nº 14.133/21.
- 5.11. Executar os serviços pelo valor contratado, sem acréscimos de encargos ou custos adicionais não previstos.
- 5.12. O aceite dos serviços pela Contratante não exime a Contratada de sua responsabilidade por eventuais falhas ou vícios, devendo garantir a conformidade com as exigências contratuais e técnicas, nos termos do artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.13. Fornecer caçamba conforme especificações deste Termo de Referência, seus Anexos e de sua proposta;
- 5.14. Transportar as caçambas em caminhões/locais apropriados dentro das normas técnicas de segurança, devendo a contratada responsabilizar-se pela descarga do resíduo das caçambas em locais legalizados;
- 5.15. A contratada deverá apresentar nota e/ou controle de entrega das caçambas, para a contratante efetuar os pagamentos.
- 5.16. Indenizar ou restaurar danos causados a pessoas e equipamentos, bens, veículos da Administração pública e terceiros em decorrência do transporte das caçambas, do deslocamento e colocação; também com suas alterações posteriores;
- 5.17. O prazo de fornecimento da caçamba será de 24 horas após solicitação da Administração Pública Municipal, em local determinado pela contratante.
- 5.18. O tempo máximo de permanência de cada caçamba para que esta seja cheia, será de no máximo até 07 (sete) dias, contados de sua colocação no local determinado pela Administração pública.
- 5.19. Após o prazo de 07 (sete) dias contados da data de sua colocação, a Contratada poderá retirar a caçamba, mesmo que não esteja cheia, sem nenhum valor adicional.
- 5.20. A empresa contratada deverá executar os serviços seguindo os procedimentos e normas vigentes, além de cumprir as especificações e orientações determinadas pela Administração pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

6. DAS OBRIGAÇÕES

- 6.1. Cumprir integralmente as condições e prazos estabelecidos no Edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos contratuais decorrentes.
- 6.2. Manter, durante a vigência da Ata e do contrato, preposto formalmente designado e aceito pela Administração para atuar como interlocutor principal junto à fiscalização, dirimindo dúvidas e respondendo às solicitações.
- 6.3. Responder integralmente por todos os danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão na execução do contrato.
- 6.4. Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros resultantes da execução do contrato, isentando a Administração de qualquer ônus ou reivindicação.
- 6.5. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em cumprimento ao art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.6. Garantir que os produtos fornecidos estejam em compatibilidade com as exigências apresentadas nesse Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos contratuais decorrentes.
- 6.7. Cumprir rigorosamente as normas sanitárias aplicáveis ao transporte e descarte dos resíduos orgânicos e inorgânicos despejados nas caçambas.
- 6.8. Manter sigilo e confidencialidade sobre todas as informações, dados ou documentos aos quais tenha acesso em decorrência da execução do contrato, não podendo divulgá-los ou utilizá-los para fins diversos do objeto contratado.
- 6.9. Observar e cumprir todas as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), responsabilizando-se por qualquer tratamento indevido de dados pessoais a que venha a ter acesso para a execução do contrato, especialmente informações de pacientes.

7. VALIDADE DA PROPOSTA

- 7.1. A proposta deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação.

8. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A Gestão da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Administração Pública Municipal, que poderá designar um servidor, por portaria, para ser o responsável pelas atividades de coordenação, controle e pelos atos preparatórios à instrução processual para alteração, prorrogação, pagamento e eventual aplicação de sanções.
- 8.2. A Fiscalização da execução de cada contrato ou Ordem de Fornecimento decorrente da Ata será acompanhada e fiscalizada por Fiscal do Contrato, representante da Administração especialmente designado para essa função, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9. PERÍODO DE VIGÊNCIA

- 9.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, ou enquanto houver saldo, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84, da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALZINHO DE GOIÁS
PODER EXECUTIVO

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária:

Ficha: 03.30.15.451.11.2.067.33.90.39 (100).

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A execução do objeto observará integralmente este Termo de Referência, o Edital e a legislação aplicável.

11.2. O registro de Preço para aquisição dos itens objeto deste Termo de Referência terá seu julgamento do tipo: menor preço por item. Ficando o licitante obrigado a especificar o valor unitário para cada item.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

11.4. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e Lei Municipal nº 838/2022, e suas modificações posteriores.

Cocalzinho de Goiás, 22 de maio de 2026.

SORAYA BATISTA DE SIQUEIRA
Superintendente de Licitações e Contratos
Decreto Nº 221, de 22/05/2024